

PROBLEMATIZANDO O TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA PSICOPEDAGÓGICA

Maria Luíza da Silva¹
Mônica Pagel Eidelwein²

Resumo

Este artigo tem como objetivo problematizar o Transtorno do Déficit de Atenção (TDAH) a partir de uma perspectiva psicopedagógica, buscando nas áreas da Psiquiatria, Psicologia e Psicopedagogia o modo como vem sendo tratada a questão da atenção ou não atenção no campo da aprendizagem. Visa, também, refletir como a Psicopedagogia pode contribuir com as reflexões sobre o tema. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de abordagem crítica. O estudo constatou que a polêmica em torno do diagnóstico e medicalização continua movimentando o campo científico; que as maiores divergências se dão em relação à concepção inatista e biologizante da falta de atenção, a qual se opõem, principalmente, estudos com base na Teoria Histórico-Cultural; que as críticas se voltam também ao sistema educacional, ao delegar à saúde a avaliação o tratamento dos problemas de aprendizagem; que a Psicopedagogia, com sua concepção de atenção como efeito e não como condição determinante para a aprendizagem, oferece significativas contribuições à discussão e promove práticas mais humanizadas junto às crianças e adolescentes que já se configuram como sujeitos doentes e que não aprendem.

Palavras-chave: TDAH. Atenção. Aprendizagem. Diagnóstico. Medicalização.

Abstract:

This article aims to problematize Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) from a psychopedagogical perspective, examining how Psychiatry, Psychology, and Psychopedagogy have addressed the issue of attention and inattention in the learning process. It also seeks to reflect on the potential contributions of Psychopedagogy to this debate. Based on bibliographic research and a critical approach, the study reveals that controversies surrounding diagnosis and medicalization remain active in the scientific field; that major divergences arise from the innatist and biologizing conception of inattention, which is challenged primarily by studies grounded in Historical-Cultural Theory; that criticism is also

¹ Maria Luíza da Silva. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Rua João Nunes, 21. Bairro Nossa Senhora da Salete. Criciúma. Santa Catarina. CEP: 88815365. E-mail: mariaanaluiza13@gmail.com

² Mônica Pagel Eidelwein. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Rua Raimundo Corrêa, 516, Bairro Operário – Novo Hamburgo/RS. E-mail: monicapagel@yahoo.com.br

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

directed at the educational system for delegating the evaluation and treatment of learning difficulties to the health sector; and that Psychopedagogy, by conceiving attention as an effect rather than a determining condition for learning, offers significant contributions to the discussion and fosters more humanized practices with children and adolescents who are often labeled as sick or incapable of learning.

Key words: ADHD. Attention. Learning. Diagnosis. Medicalization.

INTRODUÇÃO

Gabriel, 13 anos, baixa a cabeça sobre sua carteira escolar e dorme. Efeito de medicamentos tomados na noite anterior e pela manhã, antes de ir à escola. Com um histórico de comportamento “rebelde”, “difícil”, “inquieto e desatento”, “desobediente e desrespeitoso”, a pedido da escola foi encaminhado a um especialista, que o diagnosticou com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Se antes da medicação, Gabriel circulava pela escola, fazendo-se presente em inúmeras situações, ou em sala de aula, provocando colegas e desafiando professores, fazendo-se visível, agora Gabriel dorme em quase todas as aulas. Ao ser acordado para fazer o lanche, abre os olhos quase “mortos”, olha para a professora e reclama: “Com esse remédio não dá. Só durmo!”

Daniela, 13 anos, repetente no sexto ano, aluna exuberante, que se comunica ou tenta se comunicar com todo o corpo, expressando-se pelos braços, pela fala, pelo movimento constante, pelas gargalhadas e rosto maquiado. Com linguagem verbal e não verbal, bem como com o seu corpo enorme e pesado, impõe sua presença em qualquer dos ambientes escolares, interagindo sem anuência dos adultos, não se deixando ficar na invisibilidade. “Daniela fala o tempo todo, não presta atenção ao que os professores dizem e ensinam”. Após passar por consulta neurológica, seu laudo chega à escola: TDAH associado à bipolaridade. Numa atividade de criação de personagens, Daniela entrega-se à sua obra durante uma hora. Seu corpo se aquieta, o silêncio se instaura, grafite e borracha dançam sobre a folha branca, no comando das suas mãos, e a entrega revela suas habilidades em desenhar. Ao final, alegre e satisfeita, fala em alto tom: “Eu sou demais!”

Quantas histórias poderíamos contar sobre crianças e adolescentes, em idade escolar, atualmente diagnosticados com TDAH? Inúmeras!

Segundo a Associação Brasileira do Transtorno do Déficit de Atenção (ABDA, 2005), “esse é o transtorno mais comum em crianças e adolescentes encaminhados para serviços especializados. Ocorre em 3 a 5% das crianças, em várias regiões diferentes do mundo em que já foi pesquisado”.

Paralelo aos encaminhamentos a esses serviços, emergem, também, dúvidas e questionamentos entre os profissionais da escola, remetendo-nos ao que Paulo Freire muito colocou sobre a necessidade das perguntas para a construção do conhecimento:

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu ‘posto no cosmos’, e se inquietam em saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas (Freire, 2005, p. 31).

Os profissionais da Educação se perguntam: O que realmente está acontecendo para que tantos estudantes estejam com esse diagnóstico? Há que se suspeitar ou confiar nos diagnósticos, muitas vezes realizados por um único profissional? Será mesmo, déficit de atenção o que acomete esses estudantes? O que vem acontecendo com as crianças e adolescentes que se encontram tão dispersos, desinteressados, “desatentos”? O Estado dará conta de oferecer medicamentos e serviços especiais a esses estudantes? Há necessidade, mesmo, da medicação? E se não medicar, o que fazer com sua “falta de atenção”? Há ou haverá outros caminhos?

Dúvidas e questionamentos surgem também sobre os procedimentos das famílias e as novas tecnologias: Não estariam, as famílias, permitindo que seus filhos permaneçam muito tempo frente às telas? O atual contexto, “altamente tecnológico, veloz, excessivo, despadronizado, espetacular e altamente mercadológico”, conforme nos descreve o psiquiatra Alfredo Simonetti (2023, p. 20) sobre a contemporaneidade, ou seja, sobre o mundo pós-moderno, teria alguma relação com as causas e tratamentos do TDAH?

No meio científico, os questionamentos também se instauram, levando pesquisadores de diversos campos, como a Psiquiatria, a Psicologia e a Psicopedagogia a tentarem levantar respostas para explicar algo que já está sendo considerado uma epidemia, especialmente nos últimos anos, em que o tratamento tem se dado a partir de substâncias farmacológicas, pautado numa concepção de que o TDAH é de base genética e ocasionado por fatores neurobiológicos. Em contrapartida às explicações com base em fatores neurobiológicos, têm-se, também, pesquisadores colocando-se criticamente diante dessa concepção e frente à medicalização crescente de crianças e adolescentes.

No campo da Educação, há que se perguntar, também, frente ao sistema educacional brasileiro, se é possível dizer que há uma certa conivência da Escola com esses diagnósticos, na tentativa de colocar os estudantes num padrão de comportamento aceitável a um sistema escolar que busca a padronização dos comportamentos e dos sentidos, o silenciamento e o “foco” como condição para a aprendizagem.

A elaboração do presente trabalho surge, então, em meio a tantos questionamentos e a partir da necessidade de se investigar as concepções que envolvem o tratamento do TDAH nas áreas da Psiquiatria, Psicologia e Psicopedagogia, buscando-se suas convergências e divergências no modo como vem sendo tratada a questão da “atenção” ou “não atenção” no campo da aprendizagem. Visa, também, refletir como a Psicopedagogia pode contribuir com as reflexões sobre atenção/TDAH/desatenção.

METODOLOGIA

Frente às indagações acima citadas, este trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002, p.44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”, possibilitando ao pesquisador olhar e analisar o problema a partir de diferentes pontos de vista, que é o que pretende este trabalho.

Para a seleção do material consultado, utilizou-se da biblioteca eletrônica virtual de periódicos científicos SciELO e da plataforma de literatura científica, Google Acadêmico (Google Scholar), delimitando-se o assunto a partir da relação entre o TDAH e as áreas acima

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

mencionadas: a Psiquiatria, a Psicologia e a Psicopedagogia, priorizando-se estudos realizados em universidades. Como base teórica, também, utilizou-se de publicações da área da Psicopedagogia.

Sobre o recorte de tempo, optou-se por realizar uma pesquisa atemporal, por se tratar de um assunto que ganhou e continua ganhando relevância ao longo do tempo. Livros e periódicos foram selecionados considerando-se o tratamento crítico frente ao assunto.

A hegemonia do olhar patologizante sobre a atenção e o TDAH: uma contínua polêmica

A atenção como categoria inerente ao ser humano e ao seu desenvolvimento e aprendizagem vem ganhando espaço nos discursos que circulam no meio médico e educacional, decorrente do lugar de centralidade que ganhou a partir da década de 70, dentro da Psiquiatria, e a partir do crescimento no número de diagnósticos de TDAH em crianças e adolescentes.

Segundo Caliman, em seu artigo intitulado A constituição sócio médica do “fato TDAH” (2009), durante as décadas de 60 e 70, era a hiperatividade, como patologia, o centro de estudos do TDAH; seu diagnóstico, porém, não trazia objetividade e precisão e já levantava questionamentos sobre sua legitimidade. Em seguida, a atenção, mais especificamente, o déficit de atenção, ganhou o lugar de centralidade e passou a ser considerado o principal aspecto que definia o transtorno.

Atualmente, após mudanças no Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais IV (DSM IV, 1994) para a publicação do DSM V (2014) e a revisão deste, o DSM 5TR (2022) mantém o TDAH como de caráter patológico, sendo descrito como um “transtorno do neurodesenvolvimento”, relacionado à tríade atenção-hiperatividade-impulsividade.

É consenso que essa definição patológica da atenção vem causando polêmica já há algumas décadas, ou seja, os questionamentos acerca do TDAH, seu diagnóstico e legitimidade não são somente da atualidade.

Segundo Caliman (2009), a própria legitimação da existência do TDAH como patologia surgiu num contexto de controvérsias em torno do seu diagnóstico, no final do século XX e início do século XXI. Uma polêmica na mídia levou à criação de um Consenso Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Internacional³, cujo objetivo foi corroborar a sua existência como um transtorno de causa biológica. E isso foi necessário mesmo após o TDAH ter sido incluído no DSM IV, publicado em 1994. Descreve a autora sobre a polêmica da época:

Em janeiro de 2002, cientistas que haviam dedicado anos, ou carreiras inteiras, ao estudo da desordem assinaram um Consenso Internacional atestando a legitimidade do diagnóstico e sua existência real. Mas quais foram os motivos que levaram à criação de um Consenso Internacional que corroborasse com a existência do TDAH? (CALIMAN, 2009, p. 13).

Ainda segundo Caliman:

O Consenso contrapunha-se ao clima social da dúvida e em torno da legitimidade do diagnóstico. Apesar de aclamada pelos cientistas como a patologia psiquiátrica mais estudada das últimas décadas, o TDAH vinha sendo chamado pela mídia e pelo público leigo de *diagnosis du jour*, *boutique disorder* e *psychofad*⁴. As controvérsias e paradoxos de sua pesquisa invadiam a mídia (CALIMAN, 2009, p. 13-14).

Além da polêmica na mídia, que colocava em xeque a legitimidade do diagnóstico patológico do TDAH, havia uma crescente prescrição de medicação, especificamente, do metilfenidato, farmacologicamente conhecido como Ritalina, que passou a preocupar órgãos públicos de vários países, que viram crescer a busca por direitos educacionais.

Nos Estados Unidos da América (EUA), dados de 1999 revelam que a produção de Ritalina aumentou cerca de 700% em uma década, exatamente por causa dos diagnósticos de TDAH. Na França, do ano 2000 para o ano de 2004, foi adquirido um número de cartelas três vezes maior - 170 mil cartelas do medicamento (Caliman, 2009).

Numa pesquisa realizada por Francisco Ortega (et al 2010), no Brasil, entre 2000 e 2006, o crescimento na produção de metilfenidato foi de 23kg para 226 kg, sendo 135 kg para consumo interno. Na primeira década do séc. XXI o Brasil já era o segundo maior produtor do medicamento.

³ Segundo a autora, o documento foi organizado por Russel A. Barkley e é composto por argumentos, assinaturas de cientistas, associações e instituições governamentais e pesquisas, artigos e livros usados para provar a existência biológica do transtorno (Caliman, 2009).

⁴ Termos pejorativos utilizados para denominar o transtorno como algo “da moda”, “psicopata da moda”.

Com o crescimento do consumo de metilfenidato, aumentou, também, a judicialização na busca por direitos educacionais por parte das famílias das crianças e adolescentes diagnosticados com TDAH, mais um motivo de preocupação para os órgãos públicos de vários países, que viam aumentar significativamente a demanda de serviços para atendê-los.

Esse contexto polêmico em torno do TDAH, de problematizações acerca de sua legitimidade e da demanda crescente de serviços do Estado, levou a ciência biomédica a buscar formas de legitimar, ainda mais, o TDAH como uma patologia, surgindo, assim, o Consenso Internacional (Caliman, 2009, p. 14).

Observa-se, a partir da problematização apresentada na introdução deste artigo, que as perguntas em torno do assunto continuam, ou seja, a polêmica é atual, o que leva a necessidade de constantes pesquisas sob os diferentes olhares do campo científico.

O médico psiquiatra e psicanalista, Alfredo Simonetti, apresenta uma reflexão relevante em torno do mal-estar que se instaura devido aos paradoxos da contemporaneidade, como o caso do uso do remédio psiquiátrico, que “de fenômeno clínico converteu-se em fenômeno cultural” (Simonetti, 2023, p. 10)

O autor analisa discursos e práticas que se relacionam ao uso de medicamentos psiquiátricos e discute usos e abusos no tratamento de doenças mentais e seu enfrentamento, considerando os que questionam seu uso e os que o legitimam. Aponta o que o remédio não faz, apesar de modular a angústia, a ansiedade e a depressão. Segundo o autor, “remédio não ensina nada. Você não aprende nada depois de seis meses tomando antidepressivos. Quando parar de tomar volta a ser como antes” (Simonetti, 2023, p. 162).

Entretanto, o autor faz uma análise do mundo pós-moderno, apresentando um paradoxo: as novas tecnologias impactam tanto a vida humana que, se de um lado, a medicação pode não ensinar nada, de outro, ela soluciona, mesmo que momentaneamente, outros problemas causados pelas mudanças no modo de viver, de trabalhar, de se relacionar. E eis uma possibilidade: talvez as futuras gerações, acostumadas com esse amenizar das angústias e de outros sintomas que lhes incomodam ou incomodam o seu entorno, escolham os cuidados paliativos, queiram viver sem a dor, não queiram enfrentar o sofrimento por outras vias, mas amenizá-lo. Além disso, para o autor, o uso de medicação psiquiátrica é uma

realidade e tende a crescer, porque a indústria farmacêutica avança em produzir cada vez mais medicamentos que evitem determinados efeitos colaterais (Simonetti, 2023).

Ainda conforme o autor, há muito o que se pesquisar, diante da complexidade e dos paradoxos que atravessam o tema da medicalização, e “escolher entre manter ou não a ‘vida doente’ é um mal-estar contemporâneo” (Simonetti, 2003, p. 23).

Isso nos remete a questionamentos que surgem atualmente nos meios educacional, familiar, midiático e científico: medicar ou não medicar as crianças diagnosticadas com TDAH?

Ao longo do tempo, a Psiquiatria conseguiu fazer reconhecido, tanto no DSM, quanto em órgãos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), seu olhar neurobiológico sobre o Déficit de Atenção, o que lhe legitima a diagnosticar o transtorno e usar de medicação no seu tratamento.

Entretanto, embora legitimado, oficializado e popularizado, há vozes destoantes a esse aspecto neurobiológico dado ao TDAH, em diversas áreas do conhecimento, corroborando com o que acontece no meio educacional, ou seja, o suscitar de muitas perguntas.

As vozes destoantes à definição do TDAH como um transtorno neurobiológico e à medicalização

Conforme pesquisa de Redon e Cartaxo, que analisou a produção científica brasileira de 2011 a 2022, sobre o TDAH, há ainda muitas controvérsias em torno do seu diagnóstico, bem como diferentes abordagens na busca por sua compreensão. Os autores colocaram-nas em duas categorias: em abordagens médicas e abordagens sociais, sendo, a primeira, a hegemônica, e a segunda, de fundamento crítico. Em outras palavras, a primeira, pautada na concepção neurobiológica da atenção e patologizante da desatenção; a segunda, problematizadora dessa concepção e crítica à medicalização de crianças e adolescentes (Redon e Cartaxo, 2025).

Em seu artigo, então, os autores discutem a temática e apresentam a visão de alguns pesquisadores. Serão apresentadas aqui, as ideias de alguns dos pesquisadores que

abordam o tema sob olhar crítico e problematizador. A exemplo disso, Brozowski (2020, *apud* Redon e Cartaxo, 2025, p. 06) “problematizou o ‘modelo centrado na doença’ para efeitos de fármaco em psiquiatria, que reduz, ou mesmo negligencia a dinâmica psicossocial, centrada no doente, e considera que o psicoestimulante normaliza as atividades cerebrais e, por consequência, os comportamentos”. Essa abordagem aponta para o fato de que, com a patologização da atenção, ou da falta de atenção, cria-se uma demanda propícia à medicalização das crianças e adolescentes, que precisam ser colocados de volta à normalidade em ambientes onde se exige um comportamento padrão.

No mesmo sentido, a pesquisa de Redon e Cartaxo (2025) mostra diversos artigos que abordaram a medicalização das crianças brasileiras, tecendo críticas às explicações biológicas para o TDAH, em detrimento da subjetividade do sujeito e seu contexto sócio-histórico. Um dos artigos é de Beltrame et al (2019, *apud* Redon e Cartaxo, 2025), que aponta a tendência em se tratar problemas de comportamento e de aprendizagem como doenças e critica a descaracterização da pluralidade humana, tendência que leva ao uso de produtos farmacológicos no tratamento do TDAH. Na medida em que se busca a padronização dos comportamentos, via produtos farmacológicos, especialmente na escola, silencia-se o corpo, a linguagem e as emoções, em nome, em princípio, de uma aprendizagem de determinados conteúdos escolares, mas também como objeto de controle e homogeneização de determinados comportamentos.

Também sobre a relação entre a medicalização e a aprendizagem, Coutinho e Araújo (2018) fazem a seguinte crítica:

No âmbito escolar, a medicalização se expressa na busca pelas causas das dificuldades de aprendizagem em características inerentes ao aluno, deslocando a discussão político-pedagógica para causas e soluções pretensamente médicas. Nesse contexto, permeado pelo determinismo biológico, os transtornos capturam os professores, transformando-os em extensão das especialidades médicas (Coutinho e Araújo *apud* Redon e Cartaxo, 2025, p.9)

Isso nos remete a pensar que a escola, lugar legitimado e oficializado historicamente para promover a aprendizagem, passa a delegar ao campo médico o poder de investigar as causas e o tratamento da não-aprendizagem, confirmando sua condição

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

insuficiente de investigar e propor alternativas para que os processos de aprendizagem avancem.

Ainda sobre o uso de medicamentos e a aprendizagem, Signor (2013) e Signor et al. (2017) apontaram que o uso do metilfenidato não resolve o problema de aprendizagem de muitas crianças diagnosticadas com TDAH, o que os levam a afirmar que “o problema não está nos genes defeituosos, mas em uma complexidade de fatores” (Signor e Signor et al *apud* Redon e Cartaxo, 2025).

Um dos fatores está relacionado à concepção do que seja a atenção para o campo do desenvolvimento e da aprendizagem. Nessa direção, o artigo de Redon e Cartaxo (2025) apresenta algumas pesquisas que se pautaram na teoria Histórico-Cultural, de Vygotsky, cuja concepção de atenção não é inatista, mas pautada numa compreensão de que a constituição do sujeito se dá nas relações sociais.

Segundo a pesquisa, com base nessa concepção e criticando as concepções naturalizantes e biologizantes da atenção, do comportamento e da aprendizagem, estão os artigos de Meira (2012); Asbahr e Meira (2014); Eidt et al (2020); Tuleski et al (2019); Santos (2016); Beltrame et al (2019); Coutinho e Araújo (2018); Signor (2013); Signor e Santana (2015), entre outros (Redon e Cartaxo, 2025).

Esses estudos postulam que a atenção decorre de uma relação dialética entre um organismo biológico e seu meio sócio-histórico, e não como algo inato. Conforme Meira (2012), “a atenção voluntária é constituída em um longo processo de desenvolvimento e consolidação desde a infância, e depende da qualidade dos mediadores culturais” (Meira *apud* Redon e Cartaxo, 2025, p. 07).

Ratificando a afirmação acima, Eidt et al. (2014) questionam o diagnóstico do TDAH em crianças menores, apontando, à luz da teoria Histórico-Cultural, que “não é possível supor que uma criança de cinco ou sete anos apresente uma atenção voluntária já consolidada” (EIDT et al *apud* Redon e Cartaxo, 2025, p. 07).

Na mesma direção, argumentam Tuleski et al. (2019 *apud* Redon e Cartaxo, 2025, p. 07), afirmando que a atenção não se trata de um “pré-requisito para que a criança se aproprie de conteúdos escolares”. Para os autores, trata-se de uma função psicológica que se

desenvolve ao longo do tempo até tornar-se voluntária, ou seja, uma construção sócio-histórica.

Ainda na presente pesquisa, o artigo de Santos et al. (2016) aponta sua crítica à sociedade, quando esta naturaliza e individualiza os problemas sociais, explicando o parcial desenvolvimento das funções psicológicas superiores como de origem orgânica, quando, segundo os autores, trata-se de apropriações parciais por causa de mediações culturais (Santos et al. *apud* Redon e Cartaxo, 2025).

A escola, a família e a sociedade em geral, desconsiderando ou desconhecendo que a atenção se desenvolve ao longo do tempo, e que esse desenvolvimento depende de adequadas mediações que o façam avançar e a se constituir como função psicológica superior, naturaliza determinados comportamentos das crianças e adolescentes, tomando-os como decorrentes de déficits causados por problemas neurobiológicos.

Sobre o que acontece na escola, os autores postulam que “os transtornos se constroem no âmbito das práticas escolarizadas, nas quais a discursivização desfavorável e a inserção das crianças em dinâmicas pedagógicas descontextualizadas e produtoras de sofrimento levam à constituição dos sintomas” (Signor, 2013, Signor e Santana, 2015 e Signor et al., 2017 *apud* Redon e Cartaxo, 2025, p. 08).

Esse sofrimento também pode ser respondido pelos estudantes como indisciplina. Voltando ao olhar de Meira (2012, *apud* Redon e Cartaxo, 2025), os estudos indicam que é necessário que sejam compreendidos os contextos que produzem indisciplina, sugerindo que se caracterize o contexto social das crianças, que muitas vezes estão expostas a diversos tipos de inadequação, tanto familiar quanto escolar.

Isso remete ao que escreve Alicia Fernández, sobre o fracasso na aprendizagem, a partir de sua experiência como psicopedagoga. Segundo a autora, o fracasso escolar pode ser a resposta a um problema de aprendizagem reativo, que está ligado a causas externas à família e ao indivíduo; ou a um problema de sintoma e inibição, ligado internamente à estrutura familiar e individual (Fernández, 1991).

Para Fernández (1991), o problema de aprendizagem reativo surge na relação do estudante com a escola e, neste caso, é preciso intervenção junto à instituição escolar, com o olhar para questões como vínculo, metodologia e linguagem.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Já os problemas de aprendizagem denominados de sintoma e inibição, relacionados ao indivíduo e à família, afetam a “articulação entre os níveis de inteligência, o desejo, o organismo e o corpo, redundando em um aprisionamento da inteligência e da corporeidade por parte da estrutura simbólica inconsciente” (Fernández, 1991, p 82). Neste caso, é preciso uma aproximação da história do sujeito, do modo de funcionamento da família e de um tratamento que liberte sua inteligência.

Voltando, então, ao caso do TDAH, é importante ressaltar que Redon e Cartaxo (2025), em sua pesquisa, inferem que é na escola que crianças com sintomas considerados provenientes do TDAH, pela área médica, começam a incomodar, deslocando-se questões educacionais para o âmbito da saúde, e, geralmente, como uma possibilidade de acomodar conflitos. Em suas considerações finais, atentam para o fato de que é preciso que as áreas da Educação, da Psicologia e da Assistência Social, com a participação da família, se “aproximem para debater essa temática” (Redon e Cartaxo, 2025, p.12).

Também destoando da visão biológica do TDAH, as autoras Cristine Lacet e Miriam Debieux Rosa (2017) realizaram uma pesquisa, cujo objetivo foi analisar criticamente o seu diagnóstico, aos olhos da Psicanálise e seu referencial teórico construído no discurso social.

Segundo as autoras, escola e família, em busca do bom desempenho escolar e da disciplina do corpo, buscam o diagnóstico médico frente às suas dificuldades em conter a agitação da criança, que ao invés de ser escutada, ganha um rótulo patológico por seu comportamento. Nesse sentido, há um silenciamento do sujeito e sua subjetividade por meio de medicação, que segundo as autoras, “satisfaz à demanda dos pais e da escola” (Lacet e Rosa, 2017, p. 234).

O artigo publicado pelas autoras trata essa troca da escuta pelos remédios como medicalização da existência, por “suprimir a subjetividade das manifestações sintomáticas, transformando os conflitos psíquicos em processos neuroquímicos” (Lacet e Rosa, 2017, p. 241), desconsiderando a história do sujeito, sua possibilidade de desejar a liberdade e de enfrentar as adversidades.

Esse apagamento do sujeito se dá pela tomada do corpo enquanto organismo, entendendo-se corpo como atravessado pela sua história, pelo desejo, pela pulsão e pela linguagem; e organismo como o que se refere ao biológico e fisiológico. Nas palavras de Fernández (1991, p. 60), “o corpo também é imagem de gozo, o dispor do corpo dá ao ato de conhecer a alegria sem a qual não há verdadeira aprendizagem”.

Apagando o sujeito e seu corpo, a subjetividade dá lugar à objetividade, fazendo sobrar o organismo a ser diagnosticado pela área médica. E segundo Lacet e Rosa (2017, p. 246), “um diagnóstico não somente esclarece sobre uma doença, como também a produz, fato negado pela Psiquiatria”. As autoras advertem, então, sobre a necessidade da escuta sobre a produção sintomática desse sujeito, produção que se inscreve no corpo como sintomas que precisam ser compreendidos como construção histórica num sujeito também histórico.

Estudos na área da Psicopedagogia também vêm analisando o TDAH e sua relação com a aprendizagem, que é seu atual objeto de estudo, problematizando o olhar psicopedagógico sobre o tema.

Resende e Suzi (2025) realizaram um estudo junto a nove psicopedagogas que atuam com crianças, em espaço clínico, com o objetivo de compreender o TDAH e sua relação com a aprendizagem sob o ponto de vista dessas profissionais. O estudo buscou respostas a uma questão que se faz relevante frente às polêmicas que giram em torno do tema, que é: “Como deve ser o olhar psicopedagógico sobre o TDAH infantil?” (Resende e Suzi, 2025, p. 01).

Ao buscar a compreensão que as profissionais da Psicopedagogia têm do TDAH infantil, as autoras argumentam que é necessário um olhar mais amplo por parte dos psicopedagogos, afirmando que para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, é preciso olhar para o ambiente familiar, escolar, ou seja, seu contexto social, histórico e cultural (Resende e Suzi, 2025, p. 01).

As autoras concluem o artigo apontando que no olhar das psicopedagogas, a visão que predomina é de um viés biológico e que ao levantar seus pontos de vista sobre as principais dificuldades dos aprendizes com TDAH, aparecem, entre outros: “lentidão nos registros, necessidade de explicações individualizadas, [...], autoestima afetada, necessidade

de tempo maior para a realização das atividades, dificuldade de permanecer parado como a escola exige” (Resende e Suzi, 2025, p. 14).

Vale ressaltar que do ponto de vista do diagnóstico biológico, esse comportamento lento, a demanda de maior tempo para a realização das atividades, a necessidade de atendimento individualizado, que podemos nomear aqui como especial, entre outros, são descritos, atualmente, como próprios do TDAH.

A pesquisa mostra, ainda, que as psicopedagogas apontam como potencialidades dessas crianças: a criatividade, a inteligência, o dinamismo, a agilidade, o fácil acesso, o gosto pela conversa, a curiosidade, a esperteza, o bom desempenho visual, a memória, a comunicação, a expansão de ideias, a desenvoltura para a arte, a atividade física e a culinária, e contraditoriamente, a boa capacidade de aprender.

Essa contradição nos remete a novas perguntas: Por que, num ambiente clínico, as crianças revelam tantas potencialidades? Não estariam a escola, a família e a própria Psiquiatria, desconsiderando todas essas potencialidades em nome de outros interesses, como o silenciamento dos corpos, a padronização dos saberes, a prevalência do sentido único nos processos de interpretação, a medicalização e o apagar da subjetividade?

Ainda como considerações finais, as autoras destacam que o olhar da Psicopedagogia “não é centrado em patologias, dificuldades e implicações negativas (...), mas sobre a aprendizagem, sendo essa possível por todas as pessoas”; ressaltando, porém, que é preciso considerar os diversos aspectos que constituem o sujeito, como seu contexto econômico, social, familiar e, inclusive, o escolar.

Outro estudo sob o olhar da Psicopedagogia, realizado por De-Nardin e Sordi (2007, p.99), vai exatamente na direção de experimentar em sala de aula “um modo de atenção de caráter mais inventivo e problematizador”, na relação entre atenção e aprendizagem.

Para as autoras, é preciso repensar o conceito da categoria atenção, que, por um lado, é concebida como uma condição para aprender, e por outro, um efeito.

Como visto até agora, a definição da desatenção como doença, como transtorno causado por problemas neurobiológicos, está pautada na concepção de atenção como uma condição para a aprendizagem; já as problematizações trazidas nos estudos que destoam dessa

definição têm a atenção como um construto histórico, ao qual converge o conceito das autoras, quando a trazem como um efeito.

A pesquisa de De-Nardi e Sordi (2017) situa a forma como prestamos atenção ao contexto histórico e social, levando em conta a atualidade. Para as autoras, “a forma como prestamos atenção ao mundo emerge do estabelecimento de novas relações de trabalho, de um movimento evolutivo da tecnologia, do advento das técnicas do espetáculo e dos processos de mercantilização da sociedade contemporânea que atuam sob a lógica do capital” (De-Nardin e Sordi, 2017, p. 1).

Em outras palavras, a lógica capitalista sustenta-se pelo que se entende como eficiência e rapidez e dá ênfase ao individualismo e ao espírito competitivo. São esses os dispositivos que constituem o sujeito neste momento histórico, que o obriga a se adaptar a esse mundo e nele sobreviver. Para isso, o sujeito precisa ser pontual, focado e reconhecido, e a atenção, condição para controlar o comportamento, para aprender e para executar. Quando o comportamento, a execução e a aprendizagem não acontecem, o sujeito é colocado num “quadro de patologia, onde o adoecimento é produzido no indivíduo e pelo indivíduo” (De-Nardin e Sordi, 2007, p. 100).

Esse conceito de atenção, em práticas de salas de aula, muitas vezes resume o ensino e a aprendizagem à transmissão e à memorização de informações ou conhecimentos construídos historicamente, práticas que buscam um único sentido para as interpretações acerca dos fatos, bem como, o foco sobre o objeto de conhecimento a partir do olhar e da audição. Se a criança não está olhando ou ouvindo atentamente, não conseguirá aprender.

Sob a concepção de atenção como efeito, ou seja, “pensada não apenas como um processo único e homogêneo, mas como um movimento que se modula em diferentes fluxos e por isto pode mostrar-se funcionando de formas distintas” [...], sendo “capaz de transitar entre estados de atenção focalizada e atenção distraída”, as autoras observaram aulas, no intuito de “revelar práticas construtoras de um modo de atenção de caráter mais inventivo” (De-Nardin e Sordi, 2007, p. 100-101).

Acompanhando práticas de ensino em sala de aula, as autoras registraram processos diferentes: um em que a professora utilizou um padrão comum nas escolas, o de buscar a resposta que a professora desejava ouvir, encerrando-se a conversação com o aluno

quando a resposta era considerada errada ou com a repetição por parte da professora, da resposta considerada certa; outro, em que a professora, levando os alunos a dialogarem sobre um objeto, houve o surgimento de uma problematização, cuja abertura dada pela professora possibilitou que um aluno trouxesse algo que levou os demais a pensarem com ele, assim como a própria professora, que se deixou tocar pelo compartilhamento da experiência.

Frente aos registros e suas análises, as autoras concluíram: “A capacidade atencional, tanto quanto a capacidade de brincar se aprendem [...]. Elas somente são possíveis na relação com um outro que acredita na capacidade pensante do sujeito, seja ele criança, jovem ou adulto” (De-Nardin e Sordi, 2007, p. 105).

Para que se estabeleça essa relação, segundo as autoras, é preciso uma abertura para a problematização, para a invenção e a aceitação de que há um outro pensante nessa relação, um sujeito com sua história, seus desejos de expressão, sua capacidade inerente de produzir sentidos, experimentando a si e ao mundo, construindo sua subjetividade. É um espaço de comunicação dialógica, segundo as autoras, o favorecedor da capacidade atencional dos alunos.

A Psicopedagoga e suas contribuições para a reflexão sobre o TDAH - Discussão e análise

A Psicopedagogia, como as demais ciências, nasceu de uma necessidade. Conforme Bossi (2000, p.13), “da necessidade de contribuir na busca de soluções para a difícil questão do problema de aprendizagem”. E foi ao longo de sua trajetória, que construiu seu atual objeto de estudo: o processo de aprendizagem humana.

Como visto anteriormente, do ponto de vista das áreas que concebem a atenção como condição para a aprendizagem, pautadas numa visão neurobiológica, a não aprendizagem em crianças e adolescentes pode se caracterizar como uma patologia, causada por problemas orgânicos. No Brasil, e em outros países, era essa a visão que preponderava, já na década de 70, para justificar o fracasso escolar.

A Psicopedagogia, que em seu percurso histórico foi modificando sua concepção epistemológica em relação ao seu objeto de estudo, diverge dessa concepção inatista e mantém seu caráter interdisciplinar, ou seja, é uma ciência que estabelece diálogo entre diferentes áreas de estudo, como a Psicologia, a Pedagogia e a Linguística, buscando a compreensão do sujeito aprendente a partir da sua totalidade e concebendo-o como sujeito histórico, constituído de organismo, corpo, inteligência e desejo. Para Fernández (1991, p. 57), “o organismo transversalizado pelo desejo e pela inteligência conforma uma corporeidade, um corpo que aprende, goza, pensa, sofre ou age”.

Para a autora, não é possível falar de aprendizagem e em não aprendizagem, sem levar em conta esses quatro níveis que entram em jogo no processo de aprender. Se o sujeito apresentar problema de aprendizagem, é preciso investigar a dinâmica de articulação entres esses níveis. Segundo Fernández:

O problema de aprendizagem que constitui um “sintoma” ou uma “inibição” toma forma em um indivíduo, afetando a dinâmica de articulação entre os níveis de inteligência, o desejo, o organismo e o corpo, redundando em um aprisionamento da inteligência e da corporeidade por parte da estrutura simbólica inconsciente (...) Para procurar a remissão desta problemática, deveremos apelar a um tratamento psicopedagógico clínico que busque libertar a inteligência e mobilizar a circulação patológica do conhecimento em seu grupo familiar” (1991, p. 82).

O problema de aprendizagem de sintoma e inibição, como já citado neste artigo, diz respeito a causas internas à estrutura familiar e individual. Por isso, o tratamento deve ser clínico, no sentido de se chegar ao significado do sintoma, via história pessoal e familiar do sujeito. Já com relação ao problema de aprendizagem reativo, externo à estrutura familiar e individual do sujeito, a intervenção psicopedagógica deve ser junto à instituição educativa, no intuito de investigar as causas e propor alternativas para a resolução do problema de aprendizagem, advindo da relação entre sujeito e escola ou outras instituições. (Fernández, 1991).

São nesses dois campos que atua a Psicopedagogia, no campo institucional e no clínico, com vistas a contribuir com a questão dos problemas de aprendizagem, sejam reativos ou de sintoma e inibição.

Retomando-se a discussão sobre o TDAH, a Psicopedagogia apresenta um conceito de atenção que converge com a teoria Histórico-cultural, na medida em que concebe a atenção como um construto histórico, uma função que se aprende, que se constitui ao longo do tempo e mediada por signos, como a linguagem.

Alicia Fernández, em *A Atenção Aprisionada* (2012), inicia o sexto capítulo com o item “Perguntando” e segue, fazendo a seguinte reflexão:

Deve ser uma obrigação ética para o psicopedagogo abrir um espaço de pergunta em torno do que se produz quando um profissional enuncia que uma criança “não presta atenção” e/ou que “é hiperativo”. Que efeito vai ter sobre os pais da criança tal descrição feita pelo psicopedagogo e/ou professor? Que cadeia de circunstâncias vai suscitar? Como vai entrar essa “queixa” no mercado consumista? Vai ajudar a pensar e modificar atitudes? Ou estará o profissional, sem saber, levando mais uma criança para a medicação? O que os adultos esperam das crianças? Que atenção falta a elas? (Fernández, 2012, p. 99).

Essas questões levantadas pela autora corroboram com os estudos que destoam da lógica exclusivamente biologizante e que trata o TDAH com a prescrição de medicamentos. Seus estudos mostram que “conhecendo como opera e se desenvolve a capacidade atencional [...], estaremos em condições de promover espaços grupais, familiares e educativos, favorecedores de seu desdobramento criativo.” (Fernández, 2012, p. 100).

Seu conceito sobre o que seja o prestar atenção, não é o de condição para aprender, mas inerente ao aprender, à atividade pensante e desejante, e ao próprio ato de pensar. E para estar atento, é preciso distrair-se. Para a autora, “a atenção não pode ser um processo contínuo, focalizado, descontextualizado, pelo contrário, a própria atividade atencional supõe certa errância e flutuação” (Fernández, 2012, p. 109).

Ainda em suas palavras, “o movimento entre a distração e a atenção é o que nos permite aprender. É nas fendas da atenção que a distração produz, e é onde nossa singularidade encontra-se para construir sentidos. Ou seja, é onde abre-se a alegria da autoria” (Fernández, 2012, p. 109).

É a capacidade que o sujeito tem para distrair-se, segundo a autora, que nutre a sua atenção e que abre brechas para a criação. E aprender, para Fernández (2012), é autorizar-se a pensar e criar, autorizar-se a mostrar ao outro, a produzir sentidos, perguntar, Saber Pedagogico, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

alegrar-se com o que aprendeu. A aprendizagem se dá, então, quando a criança ou adolescente é reconhecido; quando pode compartilhar o que aprendeu; quando pode desejar, quando a distração lhe permite o contato com sua subjetividade. Caso não haja um espaço de diálogo e de permissão para a invenção, a criação e o compartilhamento, a atenção pode ficar aprisionada, sendo confundida com déficit.

É possível, inferir, portanto, a partir do conceito de atenção numa perspectiva psicopedagógica, que se torna necessário e que é possível a ampliação do olhar sobre os sujeitos diagnosticados com TDAH, buscando-se uma outra etiologia que não seja exclusivamente orgânica, pois esta, há algumas décadas, está levando à medicalização da Educação.

A Psicopedagogia, então, pode trazer e vem trazendo algumas contribuições para a reflexão sobre o TDAH, na medida em que, sem desconsiderar fatores biológicos, apresenta outra concepção da categoria atenção, ou seja, a de efeito, e não de condição determinante para a aprendizagem.

Sua contribuição vem, também, no sentido de demonstrar que as causas dos problemas de aprendizagem podem estar na estrutura familiar das crianças e adolescentes, cujas dinâmicas familiares, afetadas por condições econômicas, sociais e culturais, incidem sobre os sujeitos a ponto de produzirem problemas de aprendizagem do tipo sintoma ou inibição; e que podem estar, também, sendo produzidas nas próprias salas de aula, quando não há movimentos comunicativos dialógicos; quando buscam sentidos únicos, sendo que a produção de sentidos pode ser polissêmica; que não permitem nem valorizam os vínculos entre seus sujeitos.

A Psicopedagogia contribui com a discussão sobre o TDAH quando propõe que o psicopedagogo, a família e a escola olhem para as potencialidades desses sujeitos e não queiram colocá-los todos num padrão que atenda ao mercado, cujo objetivo é adaptá-los e adequá-los a um sistema que requer, cada vez mais, sujeitos focados, ágeis e produtivos.

Sua contribuição vem na direção, também, de propor que a complexidade da existência humana exige o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, colocando-se como uma das ciências, cujos estudos têm tido uma relevância histórica na busca pelo

combate ao fracasso escolar e sofrimento de uma parcela considerável dos estudantes brasileiros, e, também, de outros países.

Considerações para efeitos de fechamento

A partir da visão de diferentes áreas do conhecimento sobre o TDAH e suas implicações na vida de milhares de crianças e adolescentes, o presente estudo compreende que a polêmica em torno do tema continua movimentando o campo científico, revelando divergências em relação a sua etiologia e formas de tratamento, especialmente quando vinculadas aos problemas de aprendizagem.

Mesmo tendo hegemonia em relação ao diagnóstico neurobiológico do TDAH, a própria Psiquiatria tem modificado os DSMs, ao longo do tempo, acrescentando a necessidade de investigação mais ampla acerca de fatores culturais que incidem sobre os comportamentos das crianças e adolescentes.

Observou-se, neste estudo, que as maiores divergências se dão a respeito dos diagnósticos. Essas divergências se pautam na forma como cada área olha para os sujeitos, ou seja, com base numa concepção inatista, biologizante do transtorno e da falta de atenção, ou com base na concepção histórico-cultural, que concebe a construção histórica do sujeito e que toma a atenção como uma função psicológica que se aprende a partir das relações sociais.

Diante das indagações apresentadas neste estudo, vale ressaltar que o crescente aumento na prescrição de medicamentos é fortemente criticado pelos autores que destoam da concepção patologizante da atenção, paralelo à crítica, também, ao fato de o sistema educacional estar delegando à saúde a avaliação e o tratamento de supostos problemas de aprendizagem.

Considerando que a escola é o lugar a quem, historicamente e oficialmente, é delegado o trabalho com a aprendizagem, vale ressaltar que esse espaço, que deveria trabalhar, também, com os problemas de aprendizagem, sua avaliação e intervenções, tem sido tomado pela medicina, especialmente pela Psiquiatria e Neuropsicologia, revelando um enfraquecimento das instituições educativas. Profissionais da Educação vão se adaptando ao

sistema homogeneizador, e mesmo em meio a inúmeras queixas, acabam por entrar na “roda viva” do mercado que tudo mercantiliza. Observa-se a histórica supervalorização da área médica em detrimento de outras áreas, como a da Educação.

Frente à problemática desta pesquisa, conclui-se que a Psicopedagogia tem muito a contribuir com a reflexão sobre o TDAH, pois apresenta, além de concepções que ampliam o conceito da categoria atenção, propõe uma teoria e práticas para atendimentos mais humanizados às inúmeras crianças e adolescentes que frequentam as escolas e que a cada dia configuram-se como sujeitos doentes e que não aprendem, a exemplo de Gabriel e Daniela. A visão interdisciplinar das problemáticas que envolvem a aprendizagem proposta pela área é também uma de suas significativas contribuições, e que deveria ser adotada no caso dos encaminhamentos que buscam diagnosticar as causas da não-aprendizagem.

Justificando o título dado a essas considerações, esta pesquisa não se pretende esgotada, pois há muito ainda o que se estudar sobre a temática, haja vista o tanto de perguntas que permanecem, e que poderão contribuir nas reflexões, por exemplo, a respeito de estratégias pedagógicas, cuja concepção de atenção seja a de efeito e não de condição para aprender, na mesma direção do que foi realizado por De Nardi e Sordi (2007); ou pesquisas direcionadas a responder sobre o que pensam os professores, atualmente, a respeito dos resultados advindos da medicalização dos estudantes diagnosticados com TDAH. Espera-se, assim, que, dada a relevância do tema, o presente artigo suscite novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA), 2025. Disponível em: <https://tdah.org.br> Acesso em 14 out. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR (2022) 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023. https://site.florescermz.org/wp/wp-content/uploads/2024/05/DSM_5_TR

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf> Acesso em 05 nov. 2025.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV (1994), 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995. Disponível em: [DSM 4+portugues | PDF | Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais | Distúrbio mental](#) Acesso em out. 2025.

BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000. 131p.

CALIMAN, Luciana Vieira. A constituição sócio-médica do “fato TDAH”. **Psicologia & Sociedade**, abr. 2009.
Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100016> Acesso em 04 nov. 2025.

DE NARDIN, Maria Helena; SORDI, Regina Orgler Sordi. Um estudo sobre as formas de atenção na sala de aula e suas implicações para a aprendizagem. *Psicologia e Sociedade*, jan. 2007. Disponível em: [psico e sociedade 19 n1 artigo 13.p65](#) Acesso em 01 nov. 2025.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. 261p.

_____. **A atenção aprisionada: psicopedagogia da capacidade atencional**. Porto Alegre: Penso, 2012. *E-book*. pág.5. ISBN 9788563899453. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563899453/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LACET, Cristine e ROSA, Miriam Debieux. Diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua história no discurso social: desdobramentos subjetivos e éticos. *Psic. Rev.* São Paulo.
Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/27565> Acesso em 28 out. 2025.

ORTEGA, Francisco et al. A Ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. **Interface - Comunic., Saúde, Educação**, v.14, n.34, p.499-510.
Disponível em https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/resource_ssm_path=/media/assets/icse/v14n34/aop1510.pdf Acesso em 04 nov. 2025

REDON, Silvano Aparecido e CARTAXO, Simone Regina Manosso. Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH): análise da produção científica brasileira (2011-2022). **Acta Educ.** vol. 47, Maringá, 1 jul. 2025



SABERES PEDAGÓGICOS

Revista do Curso de Graduação de Pedagogia - Unesc
ISSN 2526-4559



Unesc
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



Disponível

em

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/70406/751375160250>

Acesso em 04 nov. 2025

RESENDE, Samilly Danielly de. e SUZI, Maria Nunes Cordeiro. O TDAH infantil na visão psicopedagógica: um estudo sobre definições e impactos na aprendizagem. **Revista Teias**, v. 26. n82, jul 2025. 1-16p.

Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/83343> Acesso em 4 nov. 2025.

SIMONETTI, Alfredo. **Pílulas e palavras**. 2 ed. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2023. 201 p.